

Relatório-síntese do V Encontro Estadual do Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos
Centro Pastoral Dom Fernando – Goiânia/GO
28 e 29 de abril de 2006

Realização

Universidade Católica de Goiás (UCG), Universidade Estadual de Goiás (UEG), Universidade Federal de Goiás (UFG), Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEE), Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (SME de Goiânia), SINTEGO, ONG CIA Vem Viver, Faculdade Araguaia e ALFALIT.

Apoios

Universidade Católica de Goiás, Universidade Estadual de Goiás, Universidade Federal de Goiás, Secretaria de Estado da Educação de Goiás, Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, Conselho Estadual de Educação (CEE), Conselho Municipal de Educação de Goiânia (CME de Goiânia), UNDIME/AGM, SINTEGO, Secretarias Municipais de Educação do Estado de Goiás (Senador Canedo, Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Vila Boa), Movimentos Sociais (MST, MTL, MLST, Comissão da Pastoral da Terra – CPT) FETAEG, INCRA, ONG's (Moradia e Cidadania, CIA Vem Viver), Fundação Bradesco, Faculdade Araguaia e ALFALIT.

“É necessário falar a muitos sobre o que diz respeito a muitos. Sobre o que é urgente e atual.”

Vladimir Herzog

O relatório-síntese do V Encontro Estadual do Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos, com o tema central “EJA UMA POLÍTICA DE ESTADO: ALFABETIZAÇÃO E CONTINUIDADE ENQUANTO DIREITO” estrutura-se da seguinte forma: uma breve discussão do contexto em que o Encontro se realizou, no tocante aos municípios participantes, à conjuntura e à ação do Estado, além de um repensar da identidade, objetivos, concepções, e forma de atuação do Fórum Goiano de EJA, abordando, em seguida, a situação da EJA no Estado de Goiás e de alguns municípios goianos; as questões vinculadas às temáticas: papel político dos segmentos organizados; o papel político do Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos; formação inicial e continuada de educadores de jovens e adultos – princípios, experiências, avanços e desafios; financiamento da EJA - FUNDEB e os Programas de alfabetização e continuidade em EJA – o que existe e perspectivas; o papel do Estado, movimentos sociais e entidades da sociedade civil organizada – gestão e parcerias na alfabetização e continuidade da EJA; ultimando com as dificuldades, desafios, proposições, deliberações e encaminhamentos tanto gerais como para a ação de Estado (SMEs, SEE, MEC/União), universidades, movimentos sociais e para o Fórum Goiano de EJA.

CONTEXTO DO ENCONTRO

O V Encontro Estadual do Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos, foi realizado no período de 28 e 29 de abril de 2006, no Centro Pastoral Dom Fernando, em Goiânia, num contexto de mudanças políticas que antecedem as eleições/2006 em

âmbito estadual e nacional, contando com 140 delegados participantes – educadores, educandos, gestores, de entidades governamentais e não-governamentais, movimentos sociais, etc. –, de dezenove municípios goianos (Aparecida de Goiânia, Anápolis, Bom Jesus, Ceres, Chapadão do Céu, Goiânia, Guapó, Inhumas, Itaberaí, Iporá, Mineiros, Morrinhos, Niquelândia, Novo Gama, Pirenópolis, Quirinópolis, Rio Verde, Senador Canedo, Valparaíso de Goiás), além de dezenas de visitantes.

Marca este cenário, em âmbito federal, o processo de aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Valorização do Magistério da Educação Básica (FUNDEB) em substituição ao Fundo Nacional de Desenvolvimento e Valorização do Magistério da Educação Fundamental (FUNDEF), do qual a Educação de Jovens e Adultos (EJA) havia sido excluída, e agora, reacendem-se as esperanças e a necessidade de luta pela garantia do financiamento da EJA, em igualdade com as demais modalidades e níveis da educação, de forma a proporcionar que efetivamente se concretize a oferta de educação de qualidade, pública e gratuita, para os 16,3 milhões de brasileiros analfabetos absolutos com quinze anos de idade ou mais, segundo o Censo do IBGE/2000.

É importante destacar que a questão do financiamento requer acompanhamento permanente da sociedade civil e deve constituir-se como política pública de Estado e não apenas de governo, para que se garanta os fins a que são destinadas as verbas. Exemplo disso foi apontado pelo representante do Fórum Municipal de Educação, componente da mesa de abertura, em relação à cidade de Goiânia, a qual, recentemente, teve uma lei aprovada diminuindo os recursos destinados à educação.

Compreendemos, como o próprio tema deste V Encontro Estadual aponta, que a *EJA deve ser vista como UMA POLÍTICA DE ESTADO que garanta a ALFABETIZAÇÃO E CONTINUIDADE ENQUANTO DIREITO*. Trata-se do grande papel do poder público a quem compete ser articulador, indutor e implementador de políticas públicas¹, cabendo ao Ministério da Educação coordenar a política nacional de Educação de Jovens e Adultos, por meio de parceria entre as três esferas de poder, bem como com a sociedade civil, para garantir o direito à Educação Básica em qualquer idade, respeitando a autonomia que o pacto federativo concede às instâncias municipal e estadual de governo, mas sendo de responsabilidade do poder público assumir o ressenciamento, a chamada e a oferta de educação pública, gratuita e de qualidade, a todos os jovens e adultos brasileiros.

O Fórum reafirma a defesa de que todos os brasileiros jovens e adultos têm direito constitucional ao nível do ensino fundamental público e gratuito e que tenham a garantia da continuidade em nível da educação básica e superior, pública e gratuita, e à educação ao longo da vida. Contudo, os participantes do V Encontro do Fórum Goiano de EJA apontaram que, apesar do alargamento da oferta de EJA no Estado de Goiás, ainda, no seio da correlação de forças empreendidas nas lutas sociais, as políticas educacionais destinadas à população jovem e adulta nesse estado, ainda são tratadas precária e

¹ “Políticas públicas aqui tratadas como atividades ou conjunto de ações, programas/projetos imputados ao Estado moderno capitalista ou que dele emanam, de caráter social, entre elas as direcionadas à educação, e em especial à EJA, advindas do Estado, que deveriam partir das demandas, serem contínuas, articuladas entre si (perpassando, entre outros aspectos, desde a formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na EJA; financiamento; concepções e princípios norteadores do fazer pedagógico; currículo; elaboração, aquisição e (re)produção de materiais didáticos adequados à EJA; infra-estrutura – salas, bibliotecas, multimeios, laboratórios –; merenda adequada às necessidades do jovem e adulto trabalhador, atendimento oftalmológico), indo além de políticas de governo. Ou seja, ações que efetivamente provocassem rupturas com padrões tradicionais da cultura política administrativa de fragmentação, competição interburocrática, descontinuidade administrativa, que partissem da oferta e não da demanda e a existência de uma clara clivagem entre a formulação/decisão e a implantação de projetos/programas e/ou ações.” (Relatório Síntese do IV Encontro Estadual do Fórum Goiano de EJA, 2005, p. 01)

marginalmente, num campo particularmente vulnerável à redefinição dos papéis do Estado (âmbito municipal, estadual e federal) e das organizações sociais, das fronteiras entre a responsabilidade pública e privada, entre as políticas sociais compensatórias e a filantropia.

O V Encontro Estadual do Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos nos permitiu repensar a identidade, objetivos, concepções, e forma de atuação do Fórum para que este continue a marcar o lugar político a que se propõe. O Fórum não é um espaço de formação restrito, como o de congressos, seminários e conferências. Concretiza uma rede de sujeitos e instituições interessados na área (educandos, educadores, entidades governamentais e não-governamentais, movimentos sociais, entre outros), composta por uma rica diversidade, que se articula para ampliar o campo da EJA e efetivar o direito à educação.

Para iniciar a reflexão acerca da identidade do Fórum, foram retomados seus objetivos, quais sejam: debater e aprofundar concepções de EJA; discutir, analisar e intervir na elaboração de políticas públicas e ações voltadas para EJA; articular as instituições envolvidas com a EJA; organizar, apoiar e participar de encontros locais, regionais e nacionais na temática da EJA; socializar as informações entre as iniciativas existentes de EJA e ser espaço de apresentação das experiências existentes em EJA. Avaliou-se que em função do apoio das instituições, por meio das pessoas que as representam, é que temos conseguido alcançar estes objetivos, em alguns momentos até com sobrecarga de algumas destas pessoas/instituições que têm assumido efetivamente o trabalho. Desta avaliação concluiu-se que o Fórum é um espaço e uma responsabilidade de todos nós, que a atuação das pessoas ultrapassa o momento do evento, se estendendo pelas práticas administrativas e político-pedagógicas da EJA, pelas instituições e por cada um de nós que fazemos a EJA.

Propondo uma retomada sobre a trajetória do Fórum Goiano com “Um pouco de história... Reflexões, ponderações” a professora Janaína Cristina, palestrante da mesa de abertura, mencionou que em 1999 foi constituída uma Comissão para a criação do Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos que promoveu reuniões periódicas, contatos permanentes e mapeamento das instituições envolvidas com EJA em Goiás, mobilizou a participação das Secretarias Municipais de Educação de Goiânia e Senador Canedo; da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás; das Universidades Católica, Estadual e Federal de Goiás; da Câmara Municipal de Goiânia; dos Conselhos Municipal e Estadual de Educação do Estado de Goiás; das Fundações Banco do Brasil e Bradesco; do Serviço Social da Indústria (SESI) e da Associação para Recuperação e Conservação do Ambiente-GO (ARCA).

Com este fortalecimento foi constituído o Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos, em 29 de novembro de 2002, dando continuidade à iniciativa daquela comissão, e procurando agregar o poder público, entidades de classe, organizações não governamentais, empresas e outras instituições, no sentido de fortalecer a EJA em nosso Estado. Centrando seus objetivos na proposição de temáticas pertinentes ao pensar e fazer a EJA e na possibilidade de construção de uma política democrática para a modalidade, o Fórum vem buscando fortalecer sua caminhada e alcance junto às entidades e segmentos da sociedade civil que atuam na EJA. Nos anos de 2002 e 2003 buscou-se a consolidação do Fórum, promovendo-se os Encontros Estaduais na Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB). Em 2004 foi promovido o III Encontro Estadual com o tema “Políticas públicas em EJA: Financiamento e Formação de Professores” e em 2005 ocorreu o IV Encontro Estadual, denominado “Políticas públicas e diversidade na educação de jovens e adultos: papel do Poder Público e da sociedade civil. Também foi realizado, na Faculdade de Educação/UFMG, em 09/11/2005, o I Encontro Temático do Fórum Goiano de EJA, com o tema “TEMPOS DA EJA E AVALIAÇÃO”.

Prática esta que estamos dando continuidade em 2006, já com a realização em 15 de março do corrente ano, do II Encontro Temático sobre “Avaliação na EJA”.

Nesse ano, com o intuito de aprofundar as discussões sobre a EJA enquanto uma política pública de Estado, chamamos à realização do V Encontro Estadual do Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos, no Centro Pastoral Dom Fernando, com o tema “EJA – UMA POLÍTICA DE ESTADO: ALFABETIZAÇÃO E CONTINUIDADE ENQUANTO DIREITO”.

Na seqüência dos trabalhos da mesa de abertura, foram lançadas questões pela palestrante que ajudaram em nossa reflexão: Como tem sido a nossa participação nestes encontros? Há espaço para alargar esta participação? As discussões propostas têm movimentado nosso fazer e a EJA em Goiás? Como compreendo a relação Estado e Sociedade Civil? O que significa conceber a EJA como política de Estado? Sendo a EJA um direito, o que tem sido feito para viabilizá-lo? “De onde estou”, o que tenho feito que compromete ou que promove este direito? As questões apontadas pela palestrante nortearam nosso debate nos Grupos de Trabalho (GT's) ocorridos na parte da tarde, com suas temáticas específicas: **Formação inicial e continuada** de professores de jovens e adultos – princípios, experiências, avanços e desafios; **Financiamento** da EJA: FUNDEB e os Programas de alfabetização e continuidade em EJA – o que existe e perspectivas; **O papel do Estado, movimentos sociais e entidades da sociedade civil organizada** – gestão e parcerias na alfabetização e continuidade da EJA. Sob a referência do tema central ocorreram ainda as trocas de experiências na manhã do dia 29 de abril de 2006.

Nas discussões empreendidas ao longo desse V Encontro Estadual, quanto ao papel político do Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos, reafirmamos a identidade, objetivos, concepções e forma de atuação do Fórum, para que continue a marcar o lugar político a que se propôs desde sua constituição. Assim o Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos é um espaço de encontros permanentes e ações em parceria, que articula os diversos segmentos, instituições e movimentos sociais envolvidos com a educação de jovens e adultos, socializa iniciativas existentes com aprofundamento teórico-metodológico de temas em EJA e intervém na elaboração de políticas públicas e ações voltadas para esta modalidade educacional. Ao mesmo tempo reafirmamos que estes objetivos só se cumprem na medida em que há o comprometimento de todos que deste Fórum participam, na luta por fazer cumprir o direito à educação dos jovens e adultos.

O Fórum Goiano de EJA tem se fortalecido com a crença no poder da sociedade organizada, conferindo ao Fórum cada vez mais legitimidade, conquistando um papel privilegiado de interlocutor para as políticas públicas, principalmente no âmbito municipal, estadual e federal, ainda que nos limites instituídos por essas esferas de governo.

No âmbito da SEE de Goiás, apesar do muito que já foi concretizado, ainda muito há a se caminhar no esforço conjunto de construir agendas que incluam e que dêem conta do atendimento da EJA na educação básica. Junto ao Conselho Estadual de Educação temos tido interlocuções no sentido de redefinir concepções e compreensões dos modos e tempos de fazer a EJA, segundo suas especificidades. E, no município de Goiânia, no trabalho desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (SME de Goiânia) e pelo Conselho Municipal de Educação de Goiânia esta interlocução tem ocorrido com o Fórum Goiano de EJA. Contudo, neste ano temos tido a dificuldade de contar com a presença efetiva de representantes dos Conselhos de Educação Estadual e Municipal, bem como de representantes do “Sistema S”, da Fundação Banco do Brasil e Bradesco nas reuniões mensais do Fórum.

SITUAÇÃO DA EJA NO ESTADO DE GOIÁS E MUNICÍPIOS GOIANOS: TENDÊNCIAS

Observa-se que no Estado de Goiás houve um aumento significativo do atendimento à demanda da EJA, em especial no âmbito da alfabetização, através de Programas como Vaga-Lume, AJA-Expansão, Escola da Vida, entre outros, empreendidos em parceria com o governo federal, por meio do Programa Brasil Alfabetizado. Mas este atendimento ainda não conseguiu atingir toda a demanda. Nesses últimos dois anos, com a complementação recebida do governo federal através do Programa Fazendo Escola, a continuidade da escolarização tem acontecido em alguns municípios, sendo a maioria deles em parceria com a Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEE). Uma das exceções é a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, que atende a alfabetização e a EJA na perspectiva da Educação Popular Libertadora, desde 1993. Contudo, o Fórum tem consciência do quanto o atendimento da EJA em Goiás é precário e quanto ainda há por ser feito nesse campo. Para maior clareza da situação da EJA no Estado, evidencia-se a necessidade de se fazer um levantamento mais pormenorizado dos dados e propostas realizadas nesse âmbito nos municípios.

Os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's) de Goiás estão em processo de implantação do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA – contando com a colaboração do Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos. Os CEFET's de Ceres, Goiânia e Jataí também estiveram presentes neste V Encontro Estadual do Fórum.

Vale destacar um fato relevante que evidencia resultados positivos da trajetória do Fórum e deste contexto, o processo de organização de três Fóruns Regionais, ainda a serem lançados em 2006. Um desdobramento dessa tendência tem sido a ampliação da participação de organizações, entidades e movimentos sociais participantes no Fórum Goiano nas reuniões ordinárias mensais, favorecendo maior diversidade de representações da sociedade civil. Uma tendência detectada em nosso Fórum diz respeito à busca de diálogo e ao estreitamento das relações com diversas entidades que fazem educação popular, universidades/faculdades, ONG's, secretarias de educação, movimentos sociais e sindicatos.

Reafirmamos, no decorrer do V Encontro Estadual do Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos, a educação como direito de todos, ao longo da vida, e como dever do Estado, enquanto um desafio posto aos segmentos e entidades envolvidos com a educação de jovens e adultos no país. É papel de todos os segmentos ampliar as práticas de EJA e a consolidação da área, nas suas especificidades, sem o que não se alcança o princípio da *educação como direito*. Compete aos diversos segmentos a mobilização em prol da garantia de continuidade da escolarização, da formação inicial e continuada dos educadores que atuam na EJA, em consonância com as realidades onde ela acontece. É fundamental a interlocução e a articulação de todos os segmentos na luta em torno do direito, exercendo pressão sobre o Estado, com vistas a garantir políticas públicas de EJA e recursos, de forma a valorizar os sujeitos da EJA enquanto cidadãos de direito. Ao poder público cabe garantir políticas públicas integradas, assegurando recursos orçamentários – na atualidade, traduzidos pela inclusão da EJA no FUNDEB, com igual valor custo-aluno/ano-qualidade (CAQ), e com isonomia entre as modalidades e os diferentes níveis de ensino.

QUESTÕES TEMÁTICAS DISCUTIDAS NOS GRUPOS DE TRABALHO E APROVADAS EM PLENÁRIA

Formação inicial e continuada de professores de jovens e adultos – princípios, experiências, avanços e desafios

Havia nesse grupo a representação de gestores e educadores de vários municípios e entidades, além de três educandas da EJA que fizeram seu depoimento. A coordenadora do grupo de trabalho, iniciou lendo o conto “a Águia e a Galinha” e os participantes relacionaram o conto com suas experiências em sala de aula, levantando a importância da auto-estima, de estar motivado para poder motivar, bem como o valor da formação inicial e continuada para sermos animadores e assim ajudar nossos educandos a levantar vôo.

A formação de professores permanece como um desafio a ser assumido como política pública pelos poderes constituídos, no âmbito da formação inicial e continuada, requerendo agências formadoras qualificadas, que contemplem concepções de formação educativa para professores, também jovens e adultos, cuja prática profissional está direcionada para o trabalho com sujeitos adolescentes, jovens, adultos ou idosos, às vezes empregados, desempregados, trabalhadores informais, aposentados, ou seja, que vivem no mundo do trabalho – o qual deve ser considerado no decorrer do processo de formação – homens, mulheres, pessoas com necessidades educativas especiais, homoafetivos, etc. que precisam ser escolarizados, educados como sujeitos/cidadãos de direito; por professores/educadores capacitados para atuarem adequadamente com estes sujeitos e suas necessidades.

Tanto para a formação inicial, quanto para a continuada cabe a responsabilidade da União, do estado, dos municípios e das universidades/faculdades, exigindo-se a educação de jovens e adultos como integrante dos cursos de formação — pedagogia e demais licenciaturas — com tratamento igual em relação aos níveis e modalidades de ensino, com ênfase na sua complexa e rica diversidade, aliando-se à formação destes profissionais as três funções da universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Também o desafio da valorização profissional de educadores de EJA não pode ser esquecido, em especial, no ano em que o FUNDEB deve ser aprovado, e não é possível garantir uma EJA de qualidade quando seus educadores não sejam contemplados por concursos públicos específicos, estejam submetidos a contratos precários, salários e condições de trabalhos inadequados. O que vale também para os educadores populares que deveriam receber pelo menos um salário mínimo pela sua atuação.

Consideramos que temos de empreender uma prática pedagógica que leve em conta o acolhimento, o diálogo e o respeito tomando como ponto de partida a realidade do aluno, seus interesses e necessidades, preferencialmente pautados nos princípios e metodologia freireana. Além disso, temos que gostar do que fazemos, fazer com amor. É fundamental garantir a formação continuada sistemática, tempo para estudo e planejamento. Ainda precisamos envolver mais o sindicato nas lutas por condições de trabalho e formação profissional da categoria.

Financiamento da EJA: FUNDEB e os Programas de alfabetização e continuidade da EJA – o que existe e perspectivas

Após a apresentação de todos os presentes no GT, iniciou-se a discussão enfatizando a importância do debate sobre o financiamento da educação,

especificamente, da Educação de Jovens e Adultos. Essa referida modalidade de ensino, historicamente, tem sido marcada pela exclusão ou colocada à margem, nos projetos de políticas públicas, como o foi no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF).

Nesse sentido, a luta pela mudança do FUNDEF para Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico (FUNDEB) tem o objetivo de assegurar um mecanismo de financiamento que promova a inclusão sócio-educacional no âmbito de toda educação básica, e nele a EJA. Sabe-se que a EJA é confirmada como direito, tanto na Constituição, como na LDB. Assim, assegurar o financiamento da EJA representa uma conquista e o início do pagamento de uma dívida histórica com essa modalidade de ensino.

Na continuidade da exposição, a coordenadora do GT apresentou os objetivos e as características do FUNDEB que representam um avanço para educação brasileira, pois promove a equalização, concorre para universalização, reduz desigualdades, valoriza profissionais da educação e assegura condições para criação do piso salarial nacional para o magistério. A perspectiva de um fundo único, de natureza contábil e de âmbito estadual, bem como os repasses financeiros automáticos, poderá possibilitar uma maior autonomia dos municípios.

Essa discussão permitiu uma reflexão acerca do FUNDEF, programa que mais uma vez não contemplou a EJA. O governo Fernando Henrique, “preocupado” com a questão do analfabetismo, criou um programa pontual e isolado, denominado Alfabetização Solidária, o qual previa uma alfabetização em 4 meses, e com a possibilidade de continuidade em um tipo de supletivo intitulado Supletivo Contextualizado, inicialmente somente para os municípios com menor índice de desenvolvimento humano (IDH). O Programa não assegurava a continuidade da escolarização, era ligado ao gabinete do Presidente da República e sem vinculação com o MEC.

Já os programas atuais do Governo Federal – Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola –, inseridos no MEC, coordenado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), contemplam reivindicações da sociedade civil organizada, como exemplo o próprio Fórum, o MOVA-Brasil, entre outros. Estes programas são empreendidos por adesão dos municípios e estados, os quais devem elaborar suas próprias propostas e o governo federal financia uma parcela do projeto/programa de EJA de cada município. Assim para a continuidade do ensino da EJA, o município/Estado recebe uma contribuição do Governo Federal, através do Programa ‘Fazendo Escola’, o qual foi ampliado para todos os municípios do país que realizam a EJA, conforme o número de alunos apresentado no censo do ano anterior. A característica principal desses programas é marcar a posição de que a educação é responsabilidade do poder público que deve empreender as políticas públicas em atendimento à demanda diagnosticada nos municípios.

Uma luta mais intensa começa a ser travada a partir da proposta de financiamento pelo FUNDEB, que atende as reivindicações pela inclusão, antes inexistente para a EJA, mas de forma desigual, pela crença de muitos — dirigentes, legisladores, consultores — no lugar menor da EJA no sistema educacional, como também pelo pouco valor atribuído aos 65 milhões de brasileiros que a demandam, a quem consideram, equivocadamente, que possam ser atendidos com um percentual de custo/aluno inferior às demais modalidades educativas, por não os aceitar como sujeitos de direitos de fato. Respalda e reforça, ainda, para mudar esse quadro, a luta pela inclusão no PNE da obrigatoriedade de a União destinar à educação 7% do PIB. A EJA, como direito, não pode satisfazer a um mandato presidencial, estadual ou municipal: precisa ir além de política de governo - fazer-se política de Estado. E isto vale

especialmente para os Estados e municípios, responsáveis pela educação desse país, sendo que estes últimos precisam garantir a destinação de no mínimo 25% dos recursos transferidos ou de 25 a 30% dos recursos próprios para a educação, sendo que lutamos para que seja no mínimo 30% dos seus recursos destinados à educação, de forma que esta seja tratada como prioridade pelos governos e destes recursos, sejam eles transferidos ou próprios, se garanta os recursos para a EJA.

O papel do Estado, movimentos sociais e entidades da sociedade civil organizada – gestão e parcerias na alfabetização e continuidade da EJA.

As iniciativas públicas do estado – ainda com todo o esforço empreendido - e municípios ainda são muito tímidas diante da demanda potencial. Reconhece-se o esforço e a ampliação da oferta de alfabetização nos municípios, principalmente, assim como as iniciativas de assegurar a continuidade de estudos sem que, no entanto, uma coordenação ocorra, definindo políticas em âmbito municipal. Os recursos ainda insuficientes, fragmentados e pulverizados, são os principais limitadores da oferta pública, sem o que não se cumpre o direito constitucional à educação. O FUNDEB é uma exigência, embora o pensamento dos legisladores e de autoridades dirigentes só entenda sua existência condicionada a custos mais baixos para a EJA, revelando o lugar que a modalidade ocupa não apenas nas políticas públicas, mas também no imaginário social: “educação pobre para gente pobre”.

Ainda assim, emerge, cada vez com mais força, o papel do poder público na implementação da modalidade EJA, em resposta às exigências de garantia do atendimento com qualidade, e do direito. A valorização dos profissionais da EJA impõe-se, tanto como consequência dessa implementação, quanto pela contribuição para o atendimento de qualidade. A discussão da EJA na formulação dos planos municipais de educação e nos estaduais segue ocorrendo, porque a maioria dos municípios e estado deve um planejamento de médio prazo à sociedade. Também se verifica a tendência à elaboração de diretrizes municipais de EJA, e impõe-se, em muitos casos, a constituição de sistemas municipais de educação — sem o que a implementação de concepções mais pertinentes da modalidade não se faz —, porque permanecem submetidos a orientações de nível estadual, distanciadas das realidades em que a EJA se dá.

Como a leitura e a escrita são fundamentais para garantir a cidadania, a EJA é uma obrigação do Estado, enquanto poder público. O adulto que já não teve o direito assegurado enquanto criança, por vários motivos, tem que ter o direito garantido agora. E para tal o Estado sozinho não consegue assegurar, sendo necessário as parcerias com a sociedade civil. Portanto, cabe ao Estado (e ao governo que nele estiver) e à sociedade civil juntar forças para fazer valer o direito social-alfabetização/escolarização, garantindo políticas públicas de educação para promover uma alfabetização como prática social, para que o adulto torne-se alfabetizado, com direito à continuidade da escolarização, com acesso ao conhecimento acumulado e isto se desdobre para o seu mundo do trabalho, da cultura, do lazer, etc.

Quanto à **relação Estado e Sociedade Civil**, existem duas formas básicas:

1. O poder público realmente quer garantir este direito social, e com isto ele possibilita várias formas de desenvolver uma prática educacional.
2. Quando a sociedade civil organizada busca providência do poder público – exige escola, creche, sala de EJA etc.

Exemplos de parcerias mencionadas no decorrer do V Encontro Estadual: SME de Goiânia com o Projeto AJA-EXPANSÃO/Brasil Alfabetizado e o Projeto AJA na Companhia Municipal de Urbanização de Goiânia (COMURG); Vagalume-UEG/ Casa de Prisão Provisória (CPP)/CEPAIGO, Fundação Bradesco, em Itaberaí estão

desenvolvendo o projeto Brasil Alfabetizado – são 250 alunos, em 15 turmas, com professores formados em Pedagogia.

Nestas parcerias, na organização do trabalho pedagógico, estão tentando respeitar o horário e o tempo dos educandos. E estes não querem sair do programa, com receio de ir para a rede municipal/estadual regular e não terem estes direitos respeitados.

DESAFIOS E DIFICULDADES:

- É preocupante a situação de não domínio da leitura e escrita que muitos alunos têm chegado à 5ª série.
- Evasão na EJA.
- Mais inclusão social e dignidade e menos bolsas/amigos da escola;
- Cursos de formação continuada.
- Ser solidário com os próprios colegas.
- Resgatar a valorização do professor.
- Envolver o sindicato, desenvolver consciência de classe; os professores se unir.
- Reivindicar políticas dignas de formação.
- Reivindicar formação em serviço.
- Como preparar melhor os professores.
- Unir programas municipais, estaduais e federais.
- Garantir lanche – janta – para todos os alunos da EJA.
- Temos que envolver a aprendizagem com a afetividade que temos.
- Ouvir as críticas dos alunos e fazer os devidos encaminhamentos.
- Investir mais na formação inicial e continuada dos professores.
- Garantir que o aluno tenha atendimento oftalmológico – teste de acuidade visual, óculos, etc. – no início das aulas.
- Garantir que as atividades culturais como capoeira, dança, dentre outros, ocorram na EJA.
- Autonomia dos municípios.
- Dificuldade em conseguir recursos didáticos para assegurar um ensino de qualidade e inserção da modalidade de EJA nos cursos de graduação.
- Conhecimento e implementação de uma concepção de EJA que supera a suplência e exames, conforme prevista no Parecer Jamil Cury. É necessário que ocorram cursos de qualidade em detrimento aos exames para mera certificação.
- Formação do educador popular em nível superior. Há a necessidade de continuidade da formação desse educador, pois também são sujeitos de direito e estão desempenhando seu papel com empenho, compromisso e eficiência, sendo um exemplo para os demais educadores.
- Um desafio é que o projeto de alfabetização tem que ser bem pensado e elaborado enquanto prática social, para que o educando sinta a necessidade de escrever/ler, para não formarmos analfabetos funcionais.
- Dificuldade com a permanência do aluno na escola (evasão). Outro problema é a insegurança do aluno em prosseguir os seus estudos no ensino fundamental e médio. Existe também o aluno que não quer prosseguir.
- A Fundação Bradesco oferecer cursos de EJA em outros turnos além do noturno, pois tem muitos adultos/idosos que não podem/querem estudar a noite.
- Contradições deste aluno adulto, que mesmo recebendo, em alguns casos praticamente todo o material didático pedagógico, sofre com a evasão, pois o trabalho, o mudar de emprego, de bairro, insegurança, etc., contribui para a evasão.

- A EJA tem que oferecer horários diferenciados, trabalhos diferenciados, temos que procurar novas formas de desenvolver a EJA, respeitando a realidade de cada grupo.
- Temos que ser criativos enquanto gestão, trabalho pedagógico, estrutura, etc.
- O nosso trabalho que tem que se inserir no cotidiano e realidade do aluno.
- Dificuldade do trabalho também relacionado com a grande heterogeneidade das turmas (em relação à idade, conhecimento, interesses etc.) e os professores não terem formação para trabalhar com isto.
- Necessidade de se trabalhar com a formação de professores, principalmente em relação à inclusão.
- Na Rede Municipal de Educação de Goiânia a questão “cultural” em relação à nota e a obrigatoriedade de 75% de frequência, especialmente de 5ª a 8ª séries, ainda está muito arraigada no professor e nos alunos. Muitos professores ainda não compreendem estes direitos dos alunos – avaliação diagnóstica, contínua, processual, formativa e descritiva/flexibilidade da frequência – principalmente do aluno-trabalhador.
- Necessidade de rompermos com culturas arcaicas, que dificultam o acesso e permanência dos alunos no processo de educação. Não adianta apenas a legislação avançar, nós profissionais na área de educação também precisamos nos adequar a realidade e garantir o acesso/permanência com a manutenção da qualidade.
- Necessidade dos municípios regulamentarem sua EJA, terem seu próprio Conselho Municipal de Educação para possibilitar uma leitura da lei que considere a realidade local, com ousadia pedagógica, maior flexibilização e autonomia do trabalho pedagógico dos projetos/programas de EJA.
- A formação do professor que atua com alunos na Casa de Prisão Provisória (CPP) ou mesmo portadores de necessidades educativas especiais, pois muitos já deixaram o trabalho por não terem condições psicológicas para tal.
- Preocupação com uma política pública para a EJA, onde a formação do professor também tem que ser valorizada e feito uma profissionalização adequada deste professor. Não podemos mais aceitar no ensino fundamental, médio e superior pessoas não qualificadas ou com precária formação para atuar na EJA.
- Pensarmos em como resolver os casos de alunos que estão frequentando a escola e não estão aprendendo (de maneira geral e em todos os municípios).
- Desenvolver a consciência crítica no aluno.
- A necessidade de transparência das verbas que vem para a escola.
- O grande desafio/objetivo da EJA em Luziânia é resolver a questão da evasão, e atrair mais alunos para estudar.
- Ainda quanto a evasão outro motivo é por causa das aulas que não envolvem/interessam os alunos.

AVANÇOS

- Compra de material didático específico para EJA (escolhido pelo professor) em municípios como Novo Gama e Valparaíso.
- Discussão do currículo da EJA, como vem ocorrendo na SME de Goiânia.
- Projetos como: a) Grupo “Crescimento emocional” e “Integração da família” em Bom Jesus; b) “Escola Aberta” para a comunidade aos sábados, da Escola Municipal Mônica de Castro da SME de Goiânia, oferecendo cursos de: Inglês, computação, dança/música (street dance, hip-hop), futsal, capoeira, teatro, etc. para alunos da EJA, contando com estagiários e professores da Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos (EAJA) que auxiliam nas atividades propostas.

- Garantia de jantar na ESCOLA oferecido a todos os alunos da EJA pela SME de Goiânia.
- Consideração do aluno como SUJEITO e não como “marginal”.
- Assessoria das universidades, tais como: Universidade Nacional de Brasília (UnB) em Novo Gama e Valparaíso; Universidade Católica de Goiás (UCG) e Universidade Federal de Goiás (UFG) em Goiânia e outros municípios; entre outras.
- Os municípios de Novo Gama e Valparaíso fazem o teste de acuidade visual no início das aulas.
- É importantíssima a assessoria das universidades/faculdades e estas têm que estar com o pé no chão da escola.
- Deixar-nos avaliar pelos alunos.

Os delegados presentes no V Encontro Estadual do Fórum goiano de EJA apresentaram as deliberações construídas as quais foram aprovadas em plenária e que se seguem:

PROPOSIÇÕES E DELIBERAÇÕES DA PLENÁRIA:

GERAIS

- Desenvolvermos uma sensibilidade para adequarmos o horário/dias de aulas nas redes de educação, pois muitos alunos têm que trabalhar, ir a Igreja e etc, sendo flexíveis na frequência.
- Escola deve compreender a realidade do aluno, para não desmotivá-lo.
- Ter ousadia pedagógica para atender realidades diferentes.
- Para atender a grande diversidade dos educandos e tentar combater a evasão, é muito bom fazer as parcerias para atender as realidades individuais.
- Que os profissionais da EJA possibilitem ao aluno entender que as empresas não atuam nas parcerias gratuitamente, que o que gastam é descontado no imposto de renda, elas ganham benefícios com estas parcerias e/ou contagem de pontos na avaliação “ISO” da empresa, na medida em que cumpre com o compromisso de responsabilidade social ou outros.
- O professor também tem que levar alegria para a sala de aula no trabalho com o aluno e garantir o processo de aprendizagem.
- Está havendo uma universalização do acesso a escola, o jovem está retornando a escola e a escola precisa se adaptar a esta nova realidade, para tanto temos que conhecer nossos alunos e seus objetivos.
- Precisamos responder ao anseio dos alunos; o professor entender que só passar a informação não é conhecimento. Temos que saber quem é o nosso aluno e o que ele quer (onde ele quer chegar).
- O professor tem que ser mediador do processo ensino-aprendizagem.
- Para manter o aluno estudando, é fundamental conhecermos nossos alunos, estimular a auto-estima, não ter pressa em passar o conteúdo, garantindo que a aprendizagem ocorra efetivamente. Além disso, o trabalho pedagógico e o vínculo do professor-aluno são os responsáveis por manter estes alunos em sala de aula.

PARA AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO

- Oportunizar instrumento de diagnóstico para construção da proposta curricular.
- Discutir de forma sistematizada sobre os índices de evasão e as causas dos mesmos.

- Propiciar formação continuada e acompanhamento pedagógico que subsidie o trabalho dos professores que atuam com alunos portadores de necessidades educativas especiais.
- Realizar estudo de rede que considere não só o dado quantitativo, mas, a realidade do aluno da EJA.
- Assegurar recursos financeiros para aquisição de material didático-pedagógico para professores e alunos da EJA.
- É fundamental os municípios terem seus projetos próprios e regulamentarem sua EJA, bem como terem o seu Conselho Municipal de Educação para possibilitar uma maior flexibilização e autonomia do trabalho pedagógico.

PARA O PODER PÚBLICO: MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL

- O Estado deve garantir aos jovens e adultos os seus direitos, entre eles o da educação, proporcionando a inclusão de todos.
- Garantir financiamento para a EJA em todas os níveis, com um custo/aluno EJA igual ao das demais modalidades.
- Garantir formação de professores (inicial e continuada) para atuar com jovens e adultos, materiais didático e infra-estrutura adequada à EJA.
- Realizar parcerias para atender as necessidades da EJA: alimentação, oftalmologia, programas culturais, formação inicial e continuada dos professores e alunos, assessorias das universidades às SMEs, estágios na escolas de EJA, cursos de profissionalização (informática, artesanato, etc.), entre outras.

PARA UNIVERSIDADES

- Importância das universidades/faculdades abrirem gratuitamente os cursos de formação pedagógica (complementação) para profissionais da EJA que não são licenciados e estão em sala de aula, para obterem sua qualificação na área.
- Garantir formação inicial na Pedagogia e demais licenciaturas em EJA, gratuitamente, e formação continuada aos professores da EJA.
- Empreender assessorias e extensão (cursos, projetos, ações) às SMEs/SEE e Movimentos Sociais que atuam em EJA, visando a melhoria da qualidade de educação oferecida aos jovens e adultos.

PARA O FÓRUM

- Proporcionar condições para discussão sobre financiamento da EJA através do Encontro Temático e posteriormente ampliar a discussão nos municípios.
- Buscar parcerias com a UNCME, CMEs, SINTEGO, Secretarias municipais e estaduais, Comissões de Educação da Assembléia e Câmara para assegurar o debate sobre o financiamento.
- Realizar um encontro preparatório com os delegados do ENEJA, a partir das orientações da Comissão Nacional dos Fóruns de EJA, e que aprofunde sobre o financiamento da EJA.
- Buscar subsidiar a discussão sobre a importância da formação dos profissionais da EJA sem perder de vista os princípios da Educação Popular.
- Assegurar sempre uma melhor divulgação do encontro estadual e temático.

ENCAMINHAMENTOS

A plenária final teve início com informes sobre: a Resolução nº 22 do FNDE do Programa Brasil Alfabetizado; a Resolução nº 23 do FNDE do Programa Fazendo Escola (maiores informações no site www.mec.gov.br/FNDE); a Medalha Paulo; e a premiação aprovada pela Câmara Municipal de Educação de Goiânia à Professora Maria Helena Café, também homenageada na abertura deste Encontro Estadual do Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos; página do Fórum Nacional de EJA – www.forumeja.org.br; contatos do Fórum Goiano de EJA – email: forumdeejago@hotmail.com e os telefones (62) 35248923 da Secretaria Municipal de Educação e (62)32096201 da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Em seguida foram tomadas as deliberações e encaminhamentos da plenária:

- **Sobre a participação dos delegados do Fórum Goiano de EJA nos encontros nacionais:**
- VI Encontro Nacional do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos “MOVA-BRASIL” – no período de 15 a 17 de junho/2006 em Fortaleza/CE – trata-se de um encontro nacional de delegados que atuam na alfabetização de jovens e adultos (educandos, educadores, gestores de entidades e organizações governamentais e não-governamentais) e teremos a participação de 30 delegados do Fórum Goiano de EJA, sendo que cada município representado no V Encontro Estadual do Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos enviará um delegado. Segue em anexo a lista de delegados inscritos e eleitos em plenária neste V Encontro Estadual.
- VIII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (VIII ENEJA), a realizar-se em Recife – PE, no período de 06 a 09 de setembro de 2006, foram retirados neste V Encontro Estadual os nomes de delegados e/ou municípios, sendo que nos últimos ainda serão indicados seus delegados.
- **Sobre a organização do evento:** O próximo encontro estadual do Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos será realizado nos dias 04 e 05/05/2007 no Centro Pastoral Dom Fernando.

Coordenadores de Grupos de Trabalho (GTs): Alda Maria Borges Cunha (tema: O papel do Estado, movimentos sociais e entidades da sociedade civil organizada – gestão e parcerias na alfabetização e continuidade da EJA); Ivonete Maria da Silva (tema: Formação inicial e continuada de professores de jovens e adultos – princípios, experiências, avanços e desafios) e Maria Emilia de Castro Rodrigues (Financiamento da EJA: FUNDEB e os Programas de alfabetização e continuidade em EJA – o que existe e perspectivas).

Equipe de relatoria: Janaína Cristina de Jesus (Faculdade Araguaia) e Maria Emilia de Castro Rodrigues (UFG) (coord.), Alda Maria Borges Cunha (UCG), Cláudia Borges Costa (CME de Goiânia); Ivonete Maria Silva (SME de Goiânia); Esmeraldina Maria dos Santos (SME de Goiânia), Márcia Pereira Melo (SME de Goiânia).

Goiânia, 29 de abril de 2006.